



10/07/2025

Número: **0732427-28.2023.8.07.0003**

Classe: **FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Órgão julgador: **Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do DF**

Endereço: **SMAS Trecho, 3 Lotes 04/06, Fórum José Júlio Leal Fagundes, Setores Complementares, BRASÍLIA - DF, CEP: 70610-906**

Última distribuição : **20/10/2023**

Valor da causa: **R\$ 568.976,14**

Assuntos: **Recuperação judicial e Falência, Liquidação**

Nível de Sigilo: **0 (Público)**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
KRONOS LTDA (AUTOR)	
	RODRIGO TREVIZAN FESTA (ADVOGADO)
DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS ROTA CERTA S.A. (RÉU MASSA FALIDA DE)	
	LEONARDO GOMES DE AQUINO (ADVOGADO)

Outros participantes	
MINISTERIO PUBLICO DO DF E DOS TERRITORIOS (FISCAL DA LEI)	
LEONARDO GOMES DE AQUINO (ADMINISTRADOR JUDICIAL)	
	LEONARDO GOMES DE AQUINO (ADVOGADO)
DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS ROTA CERTA S.A. (INTERESSADO)	
	NATHANIEL VICTOR MONTEIRO DE LIMA (ADVOGADO) FLAVIA ALMEIDA FIGUEIREDO MOREIRA (REPRESENTANTE LEGAL)
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL DO DISTRITO FEDERAL (INTERESSADO)	
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL (INTERESSADO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
228875791	13/03/2025 12:24	<a href="#">CURADORIA</a>	Contestação

MM(a). Juiz(a),

A DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no exercício da função institucional da CURADORIA ESPECIAL, representando e patrocinando a defesa técnica de **DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS ROTA CERTA S.A.**, citada por edital, vem, perante esse Juízo, considerando a impossibilidade de se obter, a partir dos dados constantes dos autos, elementos mínimos para invocar matéria de ordem pessoal ou de mérito, apresentar **CONTESTAÇÃO, POR NEGATIVA GERAL**, culminando na imposição do ônus da prova exclusivamente à parte Autora, sem que a ausência de impugnação específica acarrete a presunção de verdadeiras as alegações de fato constantes da peça vestibular, a teor do que dispõe o artigo 341 do Código de Processo Civil. Requer, ao final, a improcedência total da pretensão autoral, com os consectários legais daí decorrentes.

Hamilton Carvalho dos Santos

Defensor Público

